

1 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
2 BELO HORIZONTE – CMAS/BH

3
4 Ata da 97ª Plenária do Conselho Municipal de
5 Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH
6

7 Aos treze de setembro de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita,
8 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 97ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de
9 Assistência Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a
10 reunião fazendo a leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Maria
11 Fontana Cardoso Maia, Regina Coeli, Marluce Kfuri de Castro Bicalho, Maria Aparecida
12 Carneiro, Mário Delavy, Maria do Carmo Villamarim, Paulo Emílio Gonçalves, Edson de
13 Deus. Sandra perguntou se todos haviam recebido a Ata e solicitou que fossem
14 apresentados destaques para alterações da Ata. Discutidas as modificações e correções
15 apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a Ata, a mesma foi colocada em
16 votação e aprovada com 23 votos. Em seguida, Sandra Regina apresentou os pontos de
17 pauta: 1) Avaliação do processo para mudança de representação da Sociedade Civil para o
18 Biênio 2007/2008; 2) Apresentação e discussão da Renovação de Inscrição de Entidades de
19 Educação; 3) Apresentação pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAA,
20 dos serviços realizados no Plantão Social que se caracterizam como Benefícios Eventuais.
21 Os problemas que o mesmo enfrenta a necessidade de sua regulamentação e se possível
22 propostas da minuta de resolução sobre os benefícios eventuais solicitados pelo Conselho
23 Nacional de Assistência Social - CNAS. Esse ponto entra na pauta da Plenária em virtude do
24 ofício recebido do CNAS. Foi solicitado pela presidente e partilhado com a conselheira Léa
25 Lúcia Cecílio Braga dois momentos: A conselheira Nelly Costa Bittencourt pediu o primeiro
26 momento da Plenária para fazer algumas considerações com a presença das mães usuárias
27 das clínicas a respeito da decisão do Conselho sobre as mesmas. O segundo momento foi
28 para registrar a presença do Vereador Arnaldo Godoy na Plenária, ele pediu para distribuir a
29 revista de produção do seu Gabinete “O Outro Olhar da Assistência Social”. Sandra
30 consultou a Mesa Diretora e a Plenária e ambas estiveram de acordo com esses dois
31 momentos. Primeiro o Vereador Arnaldo divulgou a revista e agradeceu ao Conselho e a
32 Plenária pela oportunidade. Disse que era uma contribuição dele ao Conselho presenteando
33 o mesmo com a revista que foi produzida sobre a Assistência Social sobre olhares,
34 considerações e sobre a Política de Assistência no País e em Belo Horizonte. O mesmo
35 finalizou com agradecimentos. Em seguida, Sandra passou a palavra para conselheira Nelly
36 dando tempo de cinco minutos para fazer suas considerações. A conselheira apresentou o
37 Sr. Elson Rodrigues Gomes e todas as senhoras que estavam representando as mães de
38 usuários de diversas clínicas. Em seguida, o Sr. Elson disse que no último dia 02 de agosto
39 de 2006 houve uma Plenária Extraordinária do Conselho, onde foi aprovado o corte de 30%
40 do Programa de Distúrbio de Comportamento. Com isso, gostaria de saber do Conselho onde
41 serão encaixadas essas crianças à princípio, porque acredita que feito o corte, já tenham um
42 lugar para encaminhar essas crianças. Sr. Elson questionou se não seria uma falta de ética
43 da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS tirar essas crianças parando

44 os atendimentos para inseri-las em outro programa. Sandra explicou que chegou ao
45 Conselho essa discussão e foi aprovado pelo mesmo a transferência desses serviços já
46 prestados a mais tempo pela SMAAS para a saúde. Então o Conselho considera o período
47 até dezembro, que foi o prazo dado para algumas modalidades que não poderão ser
48 executadas pela assistência. Disse que pode até pedir a Léa mais esclarecimentos por parte
49 da SMAAS e sobre esses 30%, foi recurso que foi tirado para fazer o Diagnóstico dessas
50 crianças para depois serem encaminhadas para rede de atendimento em Belo Horizonte.
51 Disse ainda que o Conselho criou na última Plenária uma Comissão para acompanhar e
52 observar esse processo de transição e o processo de licitação na saúde. Sobre o
53 diagnóstico, quem está fazendo e como ele está andando, até dezembro teria-se uma
54 resposta. Na Plenária de outubro a SMAAS apresentará como ponto de pauta um retorno
55 desse diagnóstico, constando até onde eles caminharam com o diagnóstico e esclarecerão
56 sobre a preocupação do Conselho de que as crianças não estarão descobertas. A
57 conselheira Léa salientou que esse momento é muito importante para que não fique dúvidas.
58 E se houver dúvidas que ainda não foram suscitadas a SMAAS tem como esclarecer. Disse
59 que a SMAAS trouxe uma proposta que foi detalhada no Conselho e houve o de acordo
60 como parecer, a partir disso, a SMAAS está implementando obedecendo as recomendações
61 desse Conselho de não acontecer ou de não existir nenhuma chance de que essas crianças
62 não sejam de fato atendidas naquela necessidade a partir do momento que tenha iniciado o
63 diagnóstico. Disse ainda que além de recomendar a SMAAS decidiu formar uma Comissão e
64 essa possui um papel importante, pois cada passo da SMAAS na implementação da proposta
65 terá ao lado a Comissão do Conselho acompanhando. Léa informou que Sandra reuniu com
66 a Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social no dia anterior a Plenária e apresentou
67 vários pontos de interesse do Conselho para discutir com a SMAAS, dentre eles foi
68 reafirmado a importância dessa Comissão. Disse que Sandra além de oficialmente fazer esse
69 comunicado, houve um pedido da própria Secretaria para que pudesse comparecer ao
70 Conselho e apresentar dados iniciais desse diagnóstico. Então, conforme Sandra combinou,
71 em outubro todos os dados e informações serão trazidos para o Conselho e todos terão a
72 oportunidade de socializar essas informações. Léa reiterou à Sra. Nelly, às mães e ao Sr.
73 Elson para que estivessem presentes na próxima plenária para acompanhar e tirar as
74 dúvidas sobre o processo. Ressaltou que não é do interesse da SMAAS esconder qualquer
75 dado, as informações serão trazidas e organizadas para tirar quaisquer dúvidas. Logo após,
76 a conselheira Darci Maria de Souza Vilaça disse que sua Gerência é que está
77 acompanhando a transição do atendimento das clínicas para outros serviços da Prefeitura.
78 Deixou claro que dos 30% do corte que terá das crianças com distúrbio de comportamento,
79 quem vai indicar as crianças para esse primeiro início de diagnóstico são as clínicas que já
80 fazem esse acompanhamento e tem toda equipe técnica que tem a condição de falar qual é a
81 criança com distúrbio de comportamento, embora todas serão diagnosticadas, ou seja 100%
82 das crianças atendidas serão diagnosticadas de acordo com a listagem que as clínicas
83 encaminham mensalmente para SMAAS para prestação de contas e a mesma estará
84 acompanhando. Darci explicou que as famílias são notificadas e recebem um carta
85 convidando-as a comparecer ao Centro de Referência da Infância e Adolescência – CRIA do

86 Padre Eustáquio de segunda à quinta-feira para o processo do diagnóstico que está sendo
87 realizado por uma equipe técnica composta por Psicólogos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos.
88 Na sexta-feira a equipe técnica de profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social se
89 reúnem para discutir os casos e saber qual será o encaminhamento dos mesmos. A família
90 terá um prazo de quinze dias para comparecer e fazer o diagnóstico e a equipe dará o
91 retorno do encaminhamento da criança. Darci reforçou que nenhuma criança ficará sem
92 atendimento, aquelas que demandam um serviço está sendo criado esse serviço na
93 Assistência em parceria com a saúde para atendê-la que é no modelo do que tem na lista, é
94 um programa de socialização “Arte na Saúde”, onde as crianças junto com as famílias tem
95 atividades de socialização de acordo com o diagnóstico da criança que for dado pela equipe.
96 Nos outros casos, se é caso de saúde mental será encaminhado para o mesmo, se é caso do
97 distúrbio de comportamento e dentro do mesmo tem distúrbio de aprendizagem e a criança já
98 está na escola, é discutido com a escola a forma de acompanhamento dessa criança, então
99 nenhuma criança vai ficar sem atendimento, e serão diagnosticada essas 6.000 crianças que
100 hoje constam na listagem que as clínicas enviam mensalmente, e mês a mês a SMAAS fará
101 este comparativo que Sandra e a SMAAS prestar á contas do diagnóstico preliminar dos
102 casos já atendidos. Darci disse que a secretaria também está fazendo reunião com todas as
103 clínicas, chamando e conversando, explicando qual é o processo e será feito também uma
104 reunião com as famílias, embora nem todas as clínicas estão disponibilizando para que a
105 SMAAS faça a Reunião com as famílias dentro ao seu espaço, então será providenciado
106 alguns locais dentro da prefeitura para poder fazer as reuniões com as famílias e explicar
107 todo o processo. Marta Nunes Pereira mãe de usuária de Clínica disse que sua filha já
108 passou por esse processo só que tinha um porém e questionou a Darci o seguinte: você acha
109 que com uma avaliação que ela passou corresponde ela ser encaminhada para outro lugar,
110 se ela já está na clínica, já tem o atendimento, a Psicóloga já conhece sobre o que ela
111 precisa? Disse que antes de votar por uma coisa, tem que conhecer primeiro, as crianças
112 estão na clínica então porque as tirá-las? Disse também que objetivo é lutar para que
113 amanhã eles sejam cidadãos, porque são crianças que precisam de acompanhamento e que
114 se não der esse atendimento para eles, eles ficarão a “Deus dará”. Disse ainda que sua filha
115 estava marcada para voltar dia 28 e foi dito que o atendimento seria cortado. A Sra. Marta
116 disse que sua filha não passou por psicólogo, passou por uma terapeuta ocupacional, e
117 foram 15 minutos de avaliação, e acha que não deu para avaliar, porque quem sabe do que
118 sua filha precisa é ela e a psicóloga que está com ela dentro da clínica. Darci retomou
119 dizendo que os profissionais são preparados para fazer o diagnóstico e esse diagnóstico não
120 é o mesmo que é feito na clínica. Eles usam de outros instrumentais, inclusive com relatos
121 das famílias. As mães, pais ou responsáveis acompanham as crianças ou adolescentes e
122 relatam qual é o atendimento que a criança estava tendo na clínica. Então, quando ela passa
123 pela avaliação, se é do terapeuta ocupacional com certeza na clínica um dos
124 acompanhamentos que ela tinha era do mesmo. Darci disse ainda que hoje a Prefeitura e a
125 SMAAS trabalha com a política de inclusão, e o que não querem é que essas crianças sejam
126 segregadas, seja em clínicas, abrigos, seja no que for. A Política da Prefeitura e da
127 Assistência Social, é uma política de inclusão, então essas crianças tem que ser incluídos em

128 qualquer outro programa de política pública. Darci finalizou ressaltando que com relação ao
129 convênio com as clínicas já foi falado no Conselho, que a Prefeitura não pode até por motivos
130 legais manter. Em seguida, Dona Nelly disse a criança quando tem condição de ser
131 desligada ela tem automaticamente o desligamento dela por uma alta porque ela já atingiu
132 uma forma de se portar e se conduzir na vida, escola, em casa e na sociedade. Ressaltou
133 que as Instituições que a Darci falou que tem lucros, na realidade não possuem porque o que
134 o Governo Federal repassa é uma “miséria”. Disse ao Promotor que o valor que eles
135 repassam é R\$40,56 às vezes para 12 atendimentos mensais com as crianças. Nelly
136 questionou se as instituições que a SMAAS estará repassando essas crianças, irão fazer os
137 atendimentos de graça ou o dinheiro será retido para outros programas como foi dito. Disse
138 que quanto ao desligamento das crianças, as clínicas não o farão porque não desligam
139 crianças que não estão prontas e que dentro de uma visão política partidária, não é esse o
140 objetivo das Clínicas. O objetivo é com social e técnico. Sandra explicou à conselheira Nelly
141 que foi criada a Comissão para o acompanhamento tanto do diagnóstico quanto para o
142 processo de licitação na saúde, para ter ciência de como ele está acontecendo, como está
143 sendo o processo de transição para a saúde. Sandra solicitou o entendimento das mães, pois
144 as crianças não estão sendo tiradas por tirar. Explicou que existem impedimentos legais que
145 foram apresentados no Conselho de modalidades que não podem continuar na Assistência
146 Social e passarão para a saúde. Sandra informou que o Promotor Dr. Celso Penna
147 Fernandes Júnior pediu para participar dessa comissão de acompanhamento do processo
148 das clínicas. A conselheira Nelly e todos presentes aprovaram, Sandra confirmou a
149 participação do promotor na Comissão como colaborador dessa discussão e finalizou
150 convidando os pais e responsáveis presentes para a próxima plenária dia 11 de outubro de
151 2006, a qual terá como ponto de pauta a apresentação de parte do diagnóstico pela
152 Secretaria já realizado com algumas clínicas, ou seja, com algumas crianças e adolescentes.
153 Informou que nesse período a Comissão se reunirá, para aprimorar e começar acompanhar
154 esse processo. Logo após, o conselheiro, Márcio Almeida Dutra fez um adendo à
155 convocação, colocando que seria pertinente, por se tratar de crianças e adolescentes,
156 envolver nessa discussão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –
157 CMDCA, para que o Conselho pudesse fazer uma discussão ampliada, permitindo ao
158 CMDCA a interação desse processo de reordenamento do atendimento à essas crianças. A
159 conselheira Darci concordou com o encaminhamento sugerido por Márcio e disse que a
160 Secretaria solicitou ao CMDCA um ponto de pauta sobre o assunto. Darci sugeriu que como
161 a Secretaria apresentará os dados preliminares na plenária do CMAS, caso não fizessem
162 uma plenária conjunta que tenha um maior número de conselheiros do CMDCA presente. O
163 conselheiro Luiz Fernando de Abreu Xavier pediu que além da representação da promotoria e
164 do CMDCA que fosse acrescentado representantes da saúde e da educação para fazer a
165 intersectorialidade. Luiz Fernando informou para as mães que há 5 anos atrás aconteceu o
166 mesmo com as creches, que eram conveniadas com a Secretaria de Assistência Social e
167 foram destinadas à Educação. Explicou que houve o chamamento público e as creches que
168 estavam aptas conveniaram com a Educação, com isso, o sistema se qualificou mais,
169 ampliou-se o processo, aumentou a demanda e as per capita foram melhoradas. Ressaltou

170 que o processo de mudança é traumático, que este está no início e que terá um processo
171 amplo de adaptação, mas para isso é necessário dar um tempo. Luiz Fernando disse que o
172 Conselho tem uma Comissão para acompanhar o processo e ao passo que se houver
173 problemas no desligamento ou crianças sem acompanhamento vai aparecer a informação no
174 Conselho e com certeza será dado o encaminhamento. Ressaltou ainda que não se deve
175 prever algo que não está acontecendo, que é necessário esperar o processo caminhar.
176 Recordou sobre processo da educação que também foi traumático porque muita instituição
177 não era qualificada, não se enquadrava nos critérios da lei e de qualificação da Prefeitura. O
178 mesmo acontecerá com as clínicas e aquelas que não entrar no processo conseguirão se
179 adaptar. Finalizou citando um exemplo de oficinas que aconteceu ao CRIA para portadores
180 de doença mental que são bons trabalhos que ele acompanha e que todos teriam que dar um
181 voto de confiança para o trabalho caminhar. Em seguida, Sandra comunicou que Márcio
182 havia trazido os endereços do Projeto Arte na Saúde e que seria encaminhado uma cópia a
183 conselheira Nelly. Logo após, a Sra. Vera Lúcia de Araújo Fonseca, mãe de usuário das
184 clínicas se manifestou informando que seu filho está na INACOP. Disse que ele entrou na
185 Instituição sem saber falar e espera que ele já esteja ao ponto de receber alta definitiva.
186 Finalizou agradecendo e pedindo ajuda ao Conselho no encaminhamento das crianças. O
187 conselheiro Luiz Fernando em resposta a Sra. Vera Lúcia, explicou que não é o Conselho
188 que fará com seu filho fique sem atendimento, mas que existe uma política pública a ser
189 defendida e o Conselho é a instância que delibera e que todos os conselheiros tem o objetivo
190 de defender a política, isso é uma questão ética e política. Logo após, o promotor Celso
191 Penna dirigiu-se as mães explicando que o que está ocorrendo é uma mudança no
192 atendimento, mas que os filhos tem direito a este. Disse que cabe ao Poder Público e ao
193 Conselho determinar de que forma será o atendimento. Dr. Celso colocou-se a disposição
194 para atender as mães na promotoria, pois o Ministério Público poderá tomar devidas
195 providências, caso ache que a situação específica da criança ou adolescente não está sendo
196 atendida. Sandra encerrou esta discussão agradecendo a presença e o esforço das mães e
197 reforçou a preocupação do CMAS com a política pública de inclusão e o compromisso de não
198 deixar nenhum usuário sem atendimento. Sandra expôs o pedido da conselheira Kátia
199 Rochael Rodrigues em relação a inversão do ponto de pauta, uma vez que é membro da
200 Comissão de Normas que apresentaria as Instituições de Educação e devido a uma outra
201 reunião, Kátia teria que sair mais cedo da plenária. Em seguida, o conselheiro Leandro
202 Carvalho Silva retornou à discussão anterior dizendo que as pessoas (os pais) que estavam
203 presentes não tinham culpa de toda a desorganização institucional, seja pelo Poder Público,
204 seja pela Sociedade Civil. Perguntou a Sra. Nelly se o que ela queria mesmo era organizar
205 esses pais no sentido da participação e da efetividade no trato dessas questões. Leandro
206 questionou o seguinte: Porque essas pessoas não apareceram antes, durante as questões,
207 já que em tese houve 70 meses legais para fazer essa discussão? Porque que após as
208 discussões, após os aplausos foram todos embora? Porque eles não ficaram para discutir
209 outros pontos de pauta? Reivindicou que o Conselho se permanecesse isento, não aceitando
210 qualquer tipo de pressão para fazer suas votações e seus posicionamentos, seja do poder
211 público, iniciativa privada ou da parte de quem for. Finalizou dizendo que da mesma forma

212 que não concordou com a discussão feita à duas plenárias ocorridas anteriormente, não
213 concordava novamente com a forma que estava sendo colocada naquele momento. Nelly
214 explicou que o que ocorreu não foi articulado e sim reivindicado pelas mães que estavam
215 sem saber o que fazer com as crianças. Disse que as clínicas não colocaram as crianças na
216 rua, que estão atendendo e não sabem trabalhar com improvisação. Disse ainda que é um
217 direito das mães virem ao Conselho e se inteirarem das discussões, afinal os filhos são
218 delas. Em seguida, Sandra passou para a Conselheira Rosemary Araújo Torres, vice-
219 coordenadora da Comissão de Normas, a apresentação e discussão do 1º ponto de pauta
220 que foi invertido a pedido da Conselheira Kátia Rochael – Inscrição e Renovação de
221 Entidades de Educação. Rosemary fez apresentação da Renovação da Inscrição do Colégio
222 Dom Cabral da mantenedora Congregação Claretiana. Informou que a entidade é de âmbito
223 Estadual. O Colégio possui Renda Bruta de R\$1.510.748,45 e a gratuidade a ser aplicada foi
224 de R\$302.149,68 e a gratuidade aplicada em BH foi de R\$283.699,20. O Colégio apresentou
225 como justificativa de gratuidade a concessão de 112 bolsas de Estudo parciais e integrais de
226 acordo com os critérios da resolução 020/00 com custo anual de R\$283.699,20. Após a
227 apresentação foram feitos alguns comentários e a renovação foi aprovada com 23 votos e 1
228 abstenção. A outra entidade apresentada foi o Colégio Santo Agostinho da Mantenedora
229 Sociedade Inteligência e Coração. Informou que a entidade é de âmbito Estadual. O Colégio
230 possui renda bruta de R\$19.268.452,00, a gratuidade a ser aplicada foi de R\$3.853.690,40 e
231 gratuidade a ser aplicada em Belo Horizonte foi de 2.004,216,00. O Colégio apresentou como
232 justificativa de gratuidade os seguintes serviços: Escola Profissionalizante Santo Agostinho
233 para formação e Qualificação Profissional para 1022 alunos com o Custo Anual de
234 R\$1.419.000,00. Pré-vestibular para 88 alunos com o custo anual de R\$422.400,00 e o
235 Curso Noturno – EJA de 1ª a 4ª série para 32 alunos com bolsas integrais, com o custo anual
236 de 162.816,00. Rosemary informou que a Comissão de Normas avaliou e emitiu parecer
237 favorável à renovação da inscrição. Terminada a apresentação foram feitos alguns
238 comentários e esclarecimentos e a renovação foi aprovada com 25 votos e 1 abstenção. A
239 terceira entidade apresentada foi o Colégio Arnaldo da mantenedora Sociedade Propagadora
240 Esdeva. Rosemary informou que a entidade é de âmbito estadual. O Colégio possui renda
241 bruta de R\$5.242.842,87 e a gratuidade a ser aplicado é de R1.048.568,50; a gratuidade
242 aplicada em BH 276.941,52. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os
243 seguintes serviços: Parcerias com as entidade; Centro de Recreação de Atendimento e
244 Defesa da Criança e do Adolescente – Circo de Todo Mundo (Região Leste) com o custo
245 anual de 30.000,00 e com a Associação Projeto Céu e Terra, entidade não inscrita no CMAS,
246 portanto, não foi considerada na composição da gratuidade, com o custo anual de R\$
247 14.000,00 e a concessão de 56 bolsas de estudo, sendo 15 bolsas integrais e 41 bolsas
248 parciais de 50% a 90% do valor da mensalidade vigente, de acordo com os critérios da
249 resolução 020/00. Rosemary informou que a Comissão de Normas avaliou e emitiu parecer
250 favorável à renovação da inscrição. Após a apresentação foram feitas algumas
251 considerações e esclarecimentos e a Renovação foi aprovada com 21 votos e 5 abstenções.
252 A última entidade apresentada foi a Faculdade Arnaldo Jassem da mantenedora Sociedade
253 Propagadora Esdeva. Rosemary informou que a Entidade é de âmbito federal. A faculdade

254 possui renda bruta de R\$8.022.675,63 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$1.604.535,00 e a
255 gratuidade aplicada em BH foi de R\$34.975,42. A faculdade apresentou como justificativa de
256 gratuidade os seguintes serviços: Parceria com a Entidade Casa Homem de Nazaré (Região
257 Leste) (pagamentos de salários e encargos sociais da equipe da Entidade) com o Custo
258 anual de R\$34.975,42. A concessão de bolsas de estudo a 511 alunos, dos quais 236
259 constituem descontos de 15% a 45% do valor da mensalidade vigente, contrariando a
260 resolução 020/00 e deliberações deste Conselho que estabelece critério mínimo para bolsa
261 parcial de 50% do valor da mensalidade e renda percapita igual ou inferior a 1 salário mínimo
262 e 231 alunos com renda per capita acima dos critérios estabelecidos. Custo anual de
263 R\$531.595,00, este valor não foi considerado na composição de justificativa de gratuidade.
264 Rosemary informou que a Comissão de Normas avaliou e emitiu o parecer favorável à
265 inscrição. Após a apresentação a conselheira Kátia Rocha se manifestou dizendo que do
266 ponto de vista das normativas, não haveria nenhum impedimento para o Conselho aprovar
267 essa inscrição a medida em que é uma entidade de âmbito federal, portanto sua gratuidade
268 não é restrita somente ao Município ou Estado. Agora do ponto de vista político,
269 considerando que a mantenedora está em Belo Horizonte, portanto é o CMAS de Belo
270 Horizonte que tem que dar o parecer e considerando que é uma entidade que tem um peso
271 de gratuidade de R\$1.604.535,00 e aplica apenas R\$34.975,42 em Belo Horizonte. O
272 problema não está na dimensão legal, mas político, no sentido de ser desestimulador do
273 ponto de vista das outras entidades, aplicar uma gratuidade tão pequena em Belo Horizonte.
274 Kátia chamou a atenção para a legislação federal que permite isso e que na minuta do novo
275 decreto, também, não considera a proporcionalidade de aplicação ao município. Ressaltou
276 que fragiliza muito o Conselho não ter uma normativa que oriente uma maior aplicação dessa
277 gratuidade, pois a visão do Conselho é de ações que ampliam a Política Municipal de
278 Assistência Social. Kátia finalizou deixando eu voto contra a inscrição da entidade, pois como
279 já havia dito teria que sair mais cedo. Em seguida, a Assistente Social da Faculdade
280 Arnaldo, Fabíola Carla Silva, se manifestou dizendo que a questão das gratuidades não foi
281 contrário a resolução 020/00, uma vez que para as instituições de ensino superior em relação
282 às gratuidades deverão ser seguidas o art. II da Lei 11.096 de 13/01/2005 e que da maneira
283 que foi colocado deu a impressão que até o assistente social foi favorável. Disse ainda que a
284 resolução 020/00 não tem que ser contemplada, pois há uma Lei Federal e recomendações
285 do Conselho Nacional de Assistência Social que permite esses critérios. Com relação a
286 questão política, ressaltou que considera muito importante a discussão e que deve ser
287 ampliada, disse ainda que está junto ao Conselho nessa discussão e que essa era a sua
288 posição, uma vez que fica parecendo que a entidade veio conseguiu o registro e não tinha
289 nada a falar com relação a essa situação. Até porque no âmbito da assistência social, no
290 município, ainda existe muita carência e miséria. Terminada as considerações a inscrição da
291 Faculdade Arnaldo foi colocada em votação tendo 9 votos a favor, 11 votos contra e 5
292 abstenções. Sendo, portanto, indeferido a inscrição da Entidade no CMAS. Logo após,
293 Sandra chamou o conselheiro Márcio Dutra da Comissão de Financiamento para apresentar
294 a justificativa da mudança do ponto de pauta Prestação de Contas do 1º semestre de 2006
295 dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, pela SMAAS, sendo incluído

296 o ponto sobre Benefícios Eventuais. Márcio disse que a Comissão se reuniu no dia 31 de
297 agosto onde estavam presentes ele, a conselheira Maria do Carmo, Maria Aparecida e Graça
298 pela Secretária. Informou que houve avanços na definição do relatório da prestação de
299 contas. É uma proposta mais detalhada que apresenta os projetos e programas. Disse que
300 será estabelecido um calendário para essa prestação, até por que não há uma normativa e
301 ora é semestral, ora é anual e que a medida que os relatórios venham mais detalhados, a
302 Comissão pedirá a periodicidade trimestral. Márcio explicou que no mês de outubro, ou seja
303 próxima plenária, a Secretária vai fazer a prestação desse ano acumulada até o mês de
304 setembro, pois até o momento não havia sido feita nenhuma prestação de contas relativo ao
305 ano vigente e quando chegar o mês de fevereiro será feita a prestação de contas. Finalizou
306 dizendo que o detalhamento ficando na mesma metodologia da Proposta Orçamentária, o
307 CMAS fará a avaliação na próxima plenária quando será a primeira apresentação dentro
308 dessa metodologia acertada com a Secretária. Em seguida, Sandra apresentou o 3º ponto de
309 pauta que foi incluído devido ao ofício do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS que
310 chegou ao Conselho solicitando contribuições para a regulamentação dos Benefícios
311 Eventuais; e por ter prazos foi incluído como ponto de pauta nesta Plenária, ficando a
312 avaliação o processo eleitoral para a próxima Plenária de outubro, juntamente com a
313 Prestação de Contas e apresentação da situação das clínicas pela SMAAS através da
314 Secretária Rosilene Cristina Rocha. Sandra consultou a plenária se havia concordância com
315 essa mudança. O Conselheiro Márcio considerou que a próxima plenária ficaria
316 sobrecarregada e ampliada para discutir o acompanhamento das clínicas. Atentou que a
317 pauta estava muito extensa e temia que a pauta sobre a avaliação do processo das clínicas
318 tomasse o tempo integral da Plenária. Sandra expôs que o processo eleitoral teria que entrar
319 na próxima plenária, pois faltavam apenas dois meses para o fim do processo. Sugeriu,
320 então, uma plenária extraordinária, para a avaliação o processo eleitoral ou para as clínicas.
321 Sandra disse que são assuntos importantes e devido ao acúmulo de assuntos, em outubro
322 teria uma extraordinária, ficando a discussão das clínicas para o dia 11 de outubro. Em
323 seguida, Sandra fez a leitura do ofício encaminhado pelo MDS sobre os benefícios eventuais.
324 Após a leitura Sandra informou que solicitou à SMAAS a apresentação dos benefícios, para
325 que depois fosse discutidos nas Comissões ou criar uma Comissão específica e dar as
326 contribuições para o Conselho enviar ao MDS. Enfatizou que como de costume é levada a
327 plenária a discussão para que se possa fazer de forma amadurecida e levantar propostas.
328 Logo após, Sandra passou a apresentação para Eliane Quaresma Caldeira de Araújo,
329 Gerente de Promoção e Proteção Especial da Secretária. Eliane iniciou fazendo uma
330 pequena contextualização, disse que a LOAS coloca em seu art. 22 o que seria os benefícios
331 eventuais como emergenciais, porém ela não normatiza. Informou que o CNAS tem uma
332 discussão a nível nacional sobre a necessidade de uma regulação e definição de quais
333 benefícios seriam esses. Eliane disse que o Brasil inteiro pratica ações com o nome de
334 benefícios emergenciais e eventuais e que na verdade tem característica de benefícios de
335 assistência. Explicou que essa minuta vem no sentido de definir, o que são cada um desses
336 benefícios e em que momento e que tipo de ação são oferecidos. Disse ainda que quando a
337 gerência fez a discussão dessa minuta, viu que estava no caminho certo, que ela está

338 respondendo quais as ações que caberia assistência. Acrescentou que para a contribuição
339 do Conselho é importante que se discuta uma temática que pegue ponto a ponto para que se
340 tenha conhecimento do que seja benefício eventual, emergencial e em que momento é
341 oferecido ao público da assistência. Eliane finalizou dizendo que em Belo Horizonte já tem
342 um avanço com relação a esses benefícios, que a partir da normativa 2/2002 foi pontuado
343 quais seriam esses benefícios oferecidos dentro do Plantão Social. Outro avanço foi a
344 descentralização do serviço, tendo hoje um plantão social em cada regional. Eliane passou a
345 apresentação das ações do Plantão Social para Maria Nazaré Pereira, representante da
346 equipe de acompanhamento técnico e metodológico do Plantão Social. Maria Nazaré
347 explicou que para todos os benefícios existem critérios para concessão e são diferenciados
348 de acordo com o benefício concedido. Disse que alguns benefícios tem parcerias com outros
349 órgãos e outras secretaria da Prefeitura e que para a concessão de todos com exceção do
350 sepultamento a pessoa tem que residir em Belo Horizonte. Maria Nazaré apresentou cada
351 um dos benefícios começando pela cesta básica. Explicou que esse benefício é concedido
352 em duas modalidades: a cesta avulsa que é concedida no momento da urgência e a
353 modalidade de cadastro que é concedida a cesta básica padronizada pela Secretaria de
354 Abastecimento e é liberado no período de 4 meses. Neste período o usuário participa de
355 reuniões no Plantão Social e após esse tempo, caso ele volte a precisar novamente do
356 benefício, a situação será novamente avaliada. O critério econômico para a concessão da
357 cesta básica é de renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Maria Nazaré ressaltou que a
358 orientação é que toda pessoa que chegar no Plantão Social, deve entrar para o atendimento,
359 ser ouvido e avaliado por uma escuta e avaliar a questão da vulnerabilidade da família. Outro
360 benefício é a carteira de identidade, o critério econômico para sua concessão é per capita de
361 $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O encaminhamento é feito para o Instituto de Identificação, Av. Augusto
362 de Lima, nas regiões do Barreiro e Venda Nova como já tem o posto os encaminhamentos
363 são feitos para lá. Com relação à 2ª via de documento (Certidão de Nascimento, Casamento
364 e óbito), o critério econômico, também é de per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Após a
365 avaliação feita pelos técnicos o usuário é encaminhado aos cartórios de Belo Horizonte para
366 receber a 2ª via do documento. Em caso de pessoas que nasceram em outro Município ou
367 outro Estado é feito a solicitação do cartório da cidade de origem. Há outros documentos
368 como CPF (Cadastro de Pessoa Física), que é liberada a 1ª e 2ª via e o usuário é orientado a
369 fazer o recadastramento todo ano. O certificado de reservista, além de liberar a 2ª via, libera
370 também o pagamento de multas. Um outro benefício é a Escritura Pública para requerer
371 pensão junto ao INSS, que ainda não foi implementada, pois há necessidade de uma
372 discussão maior. O sepultamento é um serviço prestado através do convênio que a Prefeitura
373 tem com a Santa Casa, o critério econômico para a concessão deste benefício é da renda
374 familiar de até 3 salários mínimos. Este benefício se difere um pouco dos outros, pois não é
375 para morador de Belo Horizonte e sim para a pessoa que faleceu no Município. É liberado
376 uma urna simples e uma cova por um determinado período, essa discussão do tempo
377 necessário é feito pela Gerência de Necrópsia. Outro benefício é o auxílio a gestação múltipla
378 que é liberado para a família, cuja mãe tenha mais de um filho na mesma gestação. O critério
379 econômico para concessão é da renda familiar de até 8 salários mínimos. Tem o benefício

380 chamado de mudança, que corresponde ao carrinho de móveis e utensílios domésticos dentro
381 do município para as famílias que não tem condições de fazê-los. A fotografia é um benefício
382 liberado para facilitar as pessoas tirar o documento. Por último Maria Nazaré apresentou o
383 benefício de transporte que concede passagem intermunicipal e interestadual por meio de
384 transporte rodoviário e ferroviário. Esse benefício é concedido para os casos de retorno a
385 cidade ou trabalho confirmado em outro município. É fornecido também o lanche para
386 viagens longas, considerado acima de 6 horas. Para o transporte urbano é concedida a tarifa
387 social, para os encaminhamentos que são feitos no Plantão e o cartão Bhbus que é
388 concedido através da portaria 036 da BH-trans desde 1995 para as pessoas com deficiência
389 até três salários. O critério econômico é de renda individual de até três salários mínimos. Em
390 seguida, Eliane Quaresma complementou dizendo que era importante destacar a questão do
391 financiamento, pois em Belo Horizonte e na maioria das cidades os benefícios eventuais e
392 emergenciais são financiados com recursos do próprio município. Eliane enfatizou que a
393 minuta trás um avanço na questão do co-financiamento por parte do Estado,
394 responsabilizando as instâncias de governo, e numa resolução do CNAS todos podem exigir
395 o cumprimento. Em seguida, Sandra justificou sua saída mais cedo da plenária comunicando
396 que Léa daria a continuidade nos informes e encaminhamentos para o estudo da Minuta de
397 Resolução e passou a palavra para Dr. Celso dar um informe. Dr. Celso convidou o CMAS
398 para uma audiência pública com o Procurador Geral da Justiça no dia 18 de setembro, às 14
399 horas no SESC de Venda Nova. Informou que essa audiência não seria somente para Venda
400 Nova, mas para toda Belo Horizonte. um espaço para que todos sejam ouvidos, manifestem
401 e façam suas reivindicações com relação ao trabalho do Ministério Público. Dr. Celso falou da
402 importância do comparecimento de um representante do CMAS, pois é o início da mudança
403 de mentalidade do Ministério Público, que sai um pouco da esfera processual e começa a
404 trabalhar com Políticas Públicas, com a população e com a sociedade civil organizada. A
405 conselheira Léa deu continuidade à Plenária, colocando em discussão o encaminhamento
406 sobre os Benefícios Eventuais. Léa recordou dizendo que os benefícios já existem em Belo
407 Horizonte, conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, porém nunca foram
408 regulamentados. Disse que os Municípios trabalham com os mesmos benefícios, mas de
409 forma diferenciada e que com isso, o Conselho Nacional tomou para si a tarefa dessa
410 regulamentação propondo definição de critérios orientadores, mas quem vai regulamentar é o
411 município. Léa ressaltou que essa discussão não se esgotaria na plenária, ela se ampliaria,
412 pois a existência dos benefícios já está dada em Belo Horizonte, tendo agora que adequá-los
413 a uma norma geral. Léa disse que conversou com Sandra e propôs a constituição de um
414 grupo de trabalho para discutir e acompanhar o processo de regulamentação dos Benefícios
415 Eventuais, as adequações conforme a Resolução do CNAS. Finalizou abrindo para discussão
416 da proposta em plenária. A conselheira Ana Luíza expôs sua dúvida quanto a questão de
417 poder dar sugestão para regulamentação, se seria tanto a nível municipal, quanto a nível
418 nacional, uma vez que a concessão da cesta básica é bem polêmica, pois se faz a avaliação
419 para dentro da regional, não há nenhum acompanhamento em loco da real necessidade da
420 família. Ana Luíza disse que já teve gente que foi buscar a cesta básica na regional de carro
421 e caso que a pessoa já era atendido por alguma entidade ficando com duplicidade na

422 concessão e comercializando. Finalizou dizendo que está colocando como exemplo essas
423 questões já está sendo permitido fazer sugestão na regulamentação desses benefícios por
424 causa da questão assistencialista que é uma questão histórica e sai um pouco do caráter da
425 atual da assistência social. A conselheira Mirtes Pereira Lopes colocou que quanto ao seu
426 entendimento esta normatização é a nível nacional e Belo Horizonte está avançando à nível
427 dos demais Municípios, porém o Plantão Social em Belo Horizonte apresenta gargalos
428 diversos, sendo assim, com essa normatização estes gargalos desaparecerão. Mirtes se
429 manifestou favorável à formação do grupo de trabalho para a discussão da regulamentação
430 dos Benefícios Eventuais. Léa explicou que este é o momento do CNAS fazer uma definição
431 mais global que valerá tanto para o Norte quanto para o Sul do país e será obrigação de
432 todos os municípios. Agora com relação à dinâmica do atendimento é uma questão em
433 discussão à nível do município. Ressaltou que deve-se separar quais são os critérios
434 nacionais das questões que se tem no município, pois o Plantão Social já funciona há muito
435 tempo e a Secretaria sabe das questões que ele tem com relação à cobertura e a
436 operacionalização. A conselheira Léa finalizou solicitando que os conselheiros que
437 quisessem participar do grupo se manifestassem. A composição ficou a seguinte: Renilde
438 Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar, Mirtes Pereira Lopes, Ana Luíza Gonçalves Prado,
439 Darci Maria de Souza Vilaça, Creuza Eni de Jesus Ferreira, mediante a flexibilização do
440 horário e Rosemary Araújo Torres. Léa solicitou ao Secretário Executivo Domingos Sávio de
441 Araújo que agendasse uma data para a reunião e comunicasse a todos os integrantes do
442 grupo. Logo após, Léa passou aos informes. Informou sobre a correspondência que foi
443 enviada ao Conselho Municipal de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência
444 Social para o conhecimento da cartilha da Defensoria Pública da União, essa cartilha aponta
445 o que é a Defensoria Pública da União, em que ela pode ajudar a população nas questões
446 quanto a esclarecimento e a informações. Como foi enviado poucos exemplares, Léa sugeriu
447 que fosse encaminhado uma correspondência agradecendo e solicitando em número maior
448 de exemplares para ser distribuídos aos conselheiros. Informou, também, sobre o
449 documento que foi encaminhado ao Conselho para conhecimento a “Plataforma de Defesa
450 da Assistência Social”, para representantes do legislativo, a correspondência foi enviado pelo
451 Presidente do CNAS. Outro informe foi com relação a 13ª Semana da Pessoa com
452 Deficiência “Cidadania Sem Barreiras”. Ana Luiza convidou a todos os conselheiros
453 presentes para participar da palestra para o servidor na questão do portador de deficiência
454 com a coordenadoria do portador de deficiência, no dia 15 de setembro, sexta-feira, no
455 auditório da SAMU Leste, às 10 e às 16 horas, na Rua Lauro Jaques, nº 20. José Carlos
456 informou que todas as regionais estarão com programação e ressaltou a importância de
457 participação de todos na discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência. Léa
458 finalizou informando sobre a reunião do Conselho de Controle Social do Programa Bolsa
459 Família, dia 14 de setembro de 09:00 às 12:00 horas, lembrando os representantes da
460 sociedade civil, os conselheiros Hélio Emiliano Moreira e Maria Aparecida Pereira Penido e
461 representante governamental, as conselheiras Darci Vilaça e Kátia Rochael. Nada mais
462 havendo, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência
463 Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2006.